



i

11-10-2013

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Política

Dimensão: 545

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4

GOVERNO ADMITE ACABAR COM AS REFORMAS DOS POLÍTICOS

O Conselho de Ministros discutiu ontem a eliminação da subvenção vitalícia para os ex-políticos que tenham outros rendimentos. Em alternativa poderá ser aprovado um corte de 70% em todas as pensões desta categoria. // PÁG. 4



Paula Teixeira da Cruz sugeriu eliminação das subvenções

JOSE SENA GOUÇA

Governo discutiu eliminação das pensões dos políticos

Outra opção discutida durante o Conselho de Ministros foi o corte de 70% das subvenções vitalícias. A decisão será tomada na próxima reunião

LUÍS ROSA

LUÍS CLARO

O debate do Conselho de Ministros de ontem iniciou-se com a proposta que tinha sido avançada pelo "Diário Económico": corte de 15% nas pensões vitalícias a que os políticos no activo em 2005 tinham direito, por funções exercidas durante oito ou doze anos.

Contudo, vários ministros entenderam que o governo deve ir mais longe. De acordo com diversas fontes governamentais, Paula Teixeira da Cruz, ministra da Justiça, propôs a medida mais forte: revogação total das pensões vitalícias dos cerca de 400 políticos que continuam a recebê-las, em nome da justiça social.

Teixeira da Cruz acrescentou que a regra podia não se aplicar aos políticos que comprovassem não ter outra fonte de rendimentos e que tenham exercido os respectivos cargos políticos em exclusividade. Outra opção seria cortar, a título permanente, 70% dessas pensões.

As duas hipóteses recolheram uma boa aceitação do Conselho de Ministros, nomeadamente do primeiro-ministro Passos Coelho, de Paulo Portas, vice-primeiro-ministro, Miguel Macedo, ministro da Administração Interna, e, entre outros, de Paulo Macedo, ministro da Saúde. A decisão será tomada no próximo Conselho de Ministros.

As pensões vitalícias dos políticos custam cerca de 10,6 milhões de euros anuais aos cofres da Caixa Geral de Aposentações. O governo de José Sócrates aboliu-as a partir de 2005, mantendo, contudo, os direitos adquiridos dos políticos que tinham descontactado até a essa data.

DEPUTADOS PEDEM SUSPENSÃO A notícia de que o governo se preparava para cortar 15% nas subvenções dos ex-políticos provocou ontem uma pronta reacção de João Almeida, porta-voz do CDS, que veio defender um corte de 100%. A ideia depressa recebeu o apoio de dirigentes de topo do PSD, deputados e autarcas. A vice-presidente do partido, Teresa Leal Coelho, foi uma das

vozes a defender, a "título pessoal", a suspensão das subvenções. O presidente da câmara de Cascais, Carlos Carreiras, escreveu nas redes sociais que concorda "totalmente" com a proposta de acabar com estas pensões, sobretudo nos "casos em que acumulam com a reforma para a qual descontaram sempre". "Nesta fase de crise, os políticos têm de dar o exemplo", diz o deputado social-democrata Duarte Marques, defendendo que as subvenções acabem para os políticos que "acumulam pensões ou têm outro tipo de rendimento".

Cerca de 400 políticos ainda recebem a subvenção. O socialista Carlos Melancia, que foi três vezes ministro, e governador de Macau entre 1987 e 1991, auferia a mais alta: 9150 euros. Outros beneficiários são Álvaro Barreto, PSD (3400 euros), Zita Seabra, PSD (3000), Joaquim Ferreira do Amaral, PSD (3000), Carlos Carvalhas, PCP (2800), Manuela Ferreira Leite, PSD (2700), Jorge Coelho, PS (2400), Ângelo Correia, PSD (2200) ou Duarte Lima, PSD (2200).